

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

UNIDADE: Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu – HCFMB

EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES Nº 05/2018

O Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu, por meio da Comissão Especial de Concurso Público, instituída mediante Portaria SHCFMB 007 de 01/02/2018, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 06/02/2018, e nos termos do Decreto nº 60.449, de 15 de maio de 2014, torna pública a abertura de inscrições e a realização do concurso público para preenchimento de **01 (uma)** função atividade de **MÉDICO I- Especialidade Ginecologia e Obstetrícia (Para atuar no Serviço de Obstetrícia)**, do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu – HCFMB, mediante as condições estabelecidas nas Instruções Especiais, contidas no presente edital.

Instruções Especiais

I – Disposições preliminares

1 – A realização do presente concurso foi autorizada conforme Despacho do Senhor Governador do Estado, de publicado no Diário Oficial do Estado, seção I, página 05, em 27/12/2017, de acordo com o que estabelece o artigo 3º do Decreto nº 60.449, de 15 de maio de 2014.

2 – As publicações referentes ao presente concurso poderão ser acompanhadas por meio do Portal de Concursos Públicos do Estado (<http://www.concursopublico.sp.gov.br>) e dos endereços eletrônicos da Imprensa Oficial (www.imprensaoficial.com.br), Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu (www.hcfmb.unesp.br).

3 – O candidato aprovado será admitido na função atividade de Médico I – Especialidade Ginecologia e Obstetrícia (Para atuar no Serviço de Obstetrícia), nos termos do artigo 19, inciso I, da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978, e será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com as alterações dadas pela reforma trabalhista (Lei Federal 13.467/2017).

4 – As informações relativas à função atividade, de Médico I - Especialidade Ginecologia e Obstetrícia (Para atuar no Serviço de Obstetrícia) e as especialidades, lei complementar que os regem jornadas de trabalho, número de vagas, valor da taxa de inscrição e vencimentos estão estabelecidos no Anexo I.

5 – As informações relativas aos pré-requisitos para ingresso específicos da função atividade, perfil profissional, atribuições, conteúdo programático e duração da prova constam no Anexo II.

II – Dos pré-requisitos

1 – O candidato (ou seu procurador), sob as penas da lei, assume cumprir as exigências abaixo discriminadas, **na data da admissão**, em atendimento à CLT, e suas alterações:

- a) ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal;
- b) ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;
- c) possuir os pré-requisitos e a formação necessários para exercer a função atividade, conforme mencionado no Anexo II;
- d) estar quite com a Justiça Eleitoral;
- e) não registrar antecedentes criminais, encontrando-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos;
- f) possuir cópia da última declaração de Imposto de Renda entregue à Secretaria da Receita Federal, ou declaração pública de bens;
- g) se do sexo masculino, estar em dia com as obrigações do serviço militar, entre 1º de janeiro do ano em que completar 19 (dezenove) e 31 de dezembro do ano em que completar 45 (quarenta e cinco) anos de idade, observado o disposto no artigo 210 do Decreto Federal nº 57.654, de 20/01/1966;
- h) apresentar Carteira de Trabalho;
- i) conhecer as exigências contidas neste edital e estar de acordo com elas.

2 – A apresentação de todos os documentos comprobatórios das condições exigidas no item anterior será feita por ocasião da admissão, conforme estabelecido no **Capítulo XII – Da Admissão**.

3 – A não apresentação dos documentos ou a não comprovação da respectiva autenticidade, conforme solicitado no item anterior implicará a eliminação do candidato.

III – Das inscrições

1 – A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste edital e anexos que o acompanham, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

2 – O deferimento da inscrição, através de ato publicado no Diário Oficial do Estado (www.imprensaoficial.com.br) e Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br), dar-se-á mediante o correto preenchimento da ficha de inscrição e o pagamento da respectiva taxa, dentro do período determinado neste edital.

3 – O candidato terá a sua inscrição indeferida, mediante ato publicado no Diário Oficial do Estado, quando:

- a) efetuar pagamento em valor menor do que o estabelecido;

b) efetuar pagamento fora do período estabelecido neste Edital;

c) preencher a ficha de inscrição de modo indevido;

d) não atender as condições estipuladas neste edital.

4 – O candidato deverá ler todas as instruções estipuladas neste edital antes de efetuar a inscrição e responsabilizar-se pelas informações prestadas na ficha de inscrição, podendo o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu excluir do concurso público aquele que a preencher com dados incorretos, bem como prestar informações inverídicas, ainda que o fato seja constatado posteriormente.

5-As inscrições deverão ser realizadas exclusivamente pela Internet, no endereço eletrônico www.hcfmb.unesp.br, no período das 10:00 horas do dia 29 de Março de 2018 até 16:00 horas do dia 12 de Abril de 2018.

6 – Para inscrever-se, o candidato deverá:

a) acessar o site www.hcfmb.unesp.br;

b) localizar no site o *link* correlato ao concurso público;

c) ler atentamente o respectivo edital e preencher a ficha de inscrição, total e corretamente;

d) imprimir o boleto bancário e efetuar o pagamento do valor correspondente da taxa de inscrição, até a data limite estabelecido neste Edital de acordo com as instruções constantes do item 10 e seguintes deste capítulo.

7. Em conformidade com o Decreto nº 55.588, de 17 de março de 2010, a pessoa transexual ou travesti poderá solicitar a inclusão e uso do nome social para tratamento, mediante o preenchimento de requerimento próprio e encaminhá-lo ao Departamento de Gestão de Pessoas do HCFMB sito a Avenida Dr. Montenegro S/N – Distrito de Rubião Júnior, CEP 18.618-687, Botucatu/São Paulo.

8 – O descumprimento das instruções deste capítulo implicará o indeferimento da inscrição.

9 – O valor da inscrição pode ser pago em qualquer agência bancária, utilizando somente o boleto bancário gerado no ato da inscrição, até a data limite estabelecido no item 10 deste Capítulo: sendo certo que:

a) a inscrição por pagamento em cheque somente será considerada efetivada após a respectiva compensação;

b) não será aceito pagamento da taxa de inscrição por depósito em caixa eletrônico, pelos correios, fac-símile, transferência eletrônica, DOC, ordem de pagamento ou depósito comum em conta-corrente, condicional, fora do período das inscrições ou por qualquer outro meio que não os especificados neste edital;

c) o agendamento do pagamento do valor da taxa de inscrição só será aceito se comprovada a sua efetivação dentro do período estabelecido no item 10 deste Capítulo.

10 – No último dia das inscrições, a ficha de inscrição estará disponível no site até as 16 horas, quando o candidato poderá imprimir o boleto bancário, podendo o mesmo ser pago até o limite do horário bancário do dia seguinte à data do término das inscrições 13/04/2018.

11 – Não haverá devolução da taxa de inscrição, ainda que efetuada a mais ou em duplicidade salvo se o concurso público não se realizar.

12 – Somente serão aceitos pedidos de isenção ou redução de pagamento do valor da taxa de inscrição, nos casos:

a) isenção para candidatos doadores de sangue, nos termos da Lei nº 12.147, de 12 de dezembro de 2005;

b) redução de 50% (cinquenta por cento) do valor estipulado neste edital, nos termos da Lei nº 12.782, de 20 de dezembro de 2007, para candidatos que atendam **cumulativamente** aos seguintes requisitos:

- sejam estudantes regularmente matriculados;

- percebam remuneração mensal inferior a 2(dois) salários-mínimos, ou estejam desempregados.

13 – Candidatos interessados em requerer a inscrição nos termos do item 12 deste capítulo devem acessar o site www.hcfmb.unesp.br; localizar o *link* correlato ao concurso público; ler atentamente as instruções relativas à solicitação de isenção ou redução da taxa de inscrição e seguir os procedimentos ali estabelecidos.

13.1 – O Prazo para recebimento de solicitação de inscrição de isenção /redução do pagamento da taxa de inscrição fica estabelecido a partir do 1º dia de inscrição até a data de 03/04/2018;

13.2 Os documentos exigidos para concessão de Isenção/redução do pagamento da taxa de inscrição deverão ser, encaminhados ao Departamento de Gestão de Pessoas – do HCFMB, sito a Avenida Dr. Montenegro S/N – Distrito de Rubião Júnior, CEP 18.618-687, Botucatu/São Paulo até a data limite 03/04/2018.

14 – A Comissão Especial de Concurso Público, a qualquer tempo, poderá realizar diligências relativas à situação declarada pelo candidato, deferindo ou não o pedido apresentado em requerimento.

15 – Após a análise dos pedidos de isenção e redução do valor da taxa de inscrição, a Comissão Especial de Concurso Público publicará a relação dos pedidos deferidos e indeferidos, observados os motivos dos indeferimentos, no Diário Oficial do Estado de São Paulo (www.imprensaoficial.com.br) e no Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e no site do HCFMB www.hcfmb.unesp.br.

16 – Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção ou redução do valor da taxa de inscrição deferido deverão realizar sua inscrição dentro do período estabelecido neste capítulo.

17 – No caso da solicitação ser indeferida, o candidato deverá proceder sua inscrição com o valor da taxa integral, dentro do período e horário de recebimento das inscrições.

18 – O Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu e a Comissão Especial de Concurso Público eximem-se das despesas com viagens e estada dos candidatos para participação em qualquer das etapas do concurso.

19 – Não serão aceitas as solicitações de inscrição que não atenderem rigorosamente ao estabelecido neste edital.

20 – O candidato que necessitar de condições especiais para a realização das provas (prova adaptada, ajudas técnicas, sala acessível, mobiliários específicos ou similares, deverá, **obrigatoriamente**, declarar no momento do preenchimento da ficha de inscrição, disponibilizada no site (www.hcfmb.unesp.br), link concursos, na área de inscrição.

20.1 – O candidato deverá apresentar, junto à solicitação de condição especial, laudo médico (original ou cópia autenticada), expedido nos últimos 12 (doze) meses, em até 3 (três) dias úteis após o encerramento do prazo das inscrições, que justifique o atendimento especial solicitado;

20.2 – O candidato com deficiência, caso necessite condição especial para realização da prova, deverá proceder conforme estabelecido no Capítulo III destas Instruções Especiais.

21 – O candidato que não cumprir a exigência do item anterior até o término das inscrições, seja qual for o motivo alegado, poderá não ter a condição atendida.

22 – O atendimento às condições solicitadas ficará sujeito à análise de viabilidade e razoabilidade do pedido.

23 – A Comissão Especial de Concurso Público terá prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir do término do prazo mencionado no item 20.1, para analisar e publicar, no Diário Oficial do Estado de São Paulo (www.imprensaoficial.com.br) e no Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e no site do HCFMB (www.hcfmb.unesp.br) o deferimento ou indeferimento da solicitação do candidato, bem como para informá-lo sobre a decisão, em formato acessível.

24 – Portadores de doenças infectocontagiosas ou pessoas acidentadas que não tiverem comunicado sua condição à unidade, por sua inexistência na data limite, deverão fazê-lo tão logo venham a ser acometidos, devendo os candidatos nesta situação se identificar também ao fiscal no portão de entrada, munidos de laudo médico, quando da realização das provas, tendo direito a atendimento especial.

25 – A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização das provas poderá fazê-lo em sala reservada, desde que o requeira, observando os procedimentos constantes a seguir, para adoção das providências necessárias.

25.1 – Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata;

25.2 – A criança deverá ser acompanhada de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata) em ambiente reservado para este fim;

25.3 – Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal;

25.4 – Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada neste momento a permanência do adulto responsável por sua guarda.

IV – Da participação dos candidatos com deficiência

1 – Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, e regulamentada pelo Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, é assegurado o direito de inscrição para os empregos públicos do concurso público cujas atribuições sejam compatíveis com suas deficiências.

2 – O candidato com deficiência concorrerá às vagas existentes e às que vierem a ser oferecidas durante o prazo de validade do concurso, sendo reservado o percentual de 5% destas no presente concurso público, nos termos da legislação mencionada no item 1.

2.1 – O percentual de vagas definido no item 2 deste capítulo que não for preenchido por inexistência ou reprovação de candidatos com deficiência, no concurso ou na perícia médica, será preenchido pelos demais candidatos, com estrita observância à ordem de classificação.

3 – Para fins deste concurso público, consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1º do Decreto nº 59.591, de 14/10/2013.

4 – Não há impeditivo legal à inscrição ou ao exercício da função atividade quanto à utilização de material tecnológico ou habitual.

5 – As pessoas com deficiência participarão do concurso público em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas; à avaliação e aos critérios de aprovação; ao dia, horário de início e local de aplicação das provas e às notas mínimas exigidas.

6 – Para efetuar a inscrição o candidato com deficiência deverá efetuar os procedimentos gerais estabelecidos no Capítulo III.

7 – O candidato com deficiência, no momento do preenchimento da ficha de inscrição, disponibilizada do site (www.hcfmb.unesp.br), link CONCURSOS, na área de inscrição, deverá, **obrigatoriamente**, declarar no campo específico que é pessoa com deficiência, informando ainda o tipo e o grau de deficiência, e se necessita de condições especiais ou ajudas técnicas para submeter-se às provas, especificando-as.

7.1 – O anexo III deste edital prevê as condições específicas e ajudas técnicas que poderão ser disponibilizadas aos candidatos. Aqueles que não as solicitarem terão seus direitos exauridos quanto à sua utilização;

7.2 – Em atendimento ao § 4º, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, o tempo para a realização de provas a que serão submetidos os candidatos com deficiência poderá ser diferente daquele previsto para os candidatos não deficientes, levando-se em conta o grau de dificuldade para a leitura e escrita em Braille, bem como o grau de dificuldade provocado por outras modalidades de deficiência;

7.3 – O pedido fundamentado de tempo adicional para realização de provas deverá ser acompanhado de justificativa médica, cabendo à Comissão Especial de Concurso Público deliberar a respeito.

7.3.1 – O atendimento de condições específicas ou ajudas técnicas não previstas no edital ficará sujeito à análise da razoabilidade do pedido.

8 - O candidato com deficiência deverá entregar pessoalmente ou por procuração, no Departamento de Gestão de Pessoas do HCFMB, sito a Avenida Dr. Montenegro S/N – Distrito de Rubião Júnior, CEP 18.618-687, Botucatu/São Paulo, identificando no envelope, o Nome do Concurso Público, para o qual esta concorrendo, neste caso, “HCFMB- Edital nº 05/2018 – MÉDICO I – Especialidade Ginecologia e Obstetrícia (Para atuar no Serviço de Obstetrícia)”, Ref. – LAUDO MÉDICO” até 3(três) dias úteis, após o encerramento das inscrições, laudo médico (original ou cópia autenticada) atestando o tipo e o grau de deficiência, com expressa referência ao Código Internacional de Doenças – CID 10.

a) A provável causa de deficiência, inclusive para assegurar previsão de adaptação da sua prova.

8.1 – A validade do laudo médico, a contar do início da inscrição, será de 2 (dois) anos quando a deficiência for permanente ou de longa duração e de 1 (um) ano nas demais situações;

8.2 – O laudo não será devolvido;

8.3 – As solicitações de todas as condições diferenciadas devem ser anexadas na correspondência de que trata este item 8, e endossadas por laudo médico em que conste:

a) assinatura e carimbo do número do CRM do médico responsável por sua emissão;

b) fundamentação médica para a solicitação;

c) nome completo do candidato, número do documento de identidade (RG), número do CPF e opção da função atividade MÉDICO - Especialidade Ginecologia e Obstetrícia (Para atuar no Setor de Obstetrícia).

9 – A Comissão Especial de Concurso Público terá prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir do término do prazo mencionado no item 8 e subitem 8.3, para publicar, no Diário Oficial do Estado (www.imprensaoficial.com.br) e no Portal de Concursos Públicos do Estado

(www.concursopublico.sp.gov.br), e no HCFMB (www.hcfmb.unesp.br) os respectivos deferimentos ou indeferimentos das solicitações mencionadas no item 8, e informá-los aos candidatos em formato acessível.

10 – O candidato que não preencher os campos da ficha de inscrição, reservados ao candidato com deficiência, ou não realizar a inscrição conforme a instrução constante deste capítulo perderá o direito a tratamento diferenciado no que se refere ao presente concurso público e, não poderá impetrar recurso em razão de sua deficiência, seja qual for o motivo alegado.

11 – O candidato com deficiência, se classificado na forma deste capítulo, além de figurar na lista de classificação geral, terá seu nome constante da lista específica de candidatos com deficiência.

12 – No prazo de 05 (cinco) dias, contados da publicação da habilitação, os candidatos com deficiência, aprovados, deverão submeter-se à perícia médica para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função atividade, nos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992;

12.1 – A Comissão Especial de Concurso Público executará as providências relativas ao agendamento da perícia médica e dará ciência aos candidatos com deficiência quanto à data, horário e local de sua realização, por meio de edital a ser publicado em Diário Oficial do Estado (www.imprensaoficial.com.br) e no Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e no site HCFMB (www.hcfmb.unesp.br) informando-os em formato acessível;

12.2 – O Candidato deverá comparecer à Perícia Médica munido de laudo médico que ateste a espécie e o grau ou nível da (as) deficiência (as) declarada (s) com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID – 10), bem como a provável causa da limitação do candidato;

12.3 – A perícia será realizada em órgão médico oficial do Estado, por especialistas nas áreas de deficiência de cada candidato, devendo a decisão ser publicada no prazo de 05 (cinco) dias contados do respectivo exame;

12.4- Após a realização da perícia médica e publicação da decisão, caberá ao órgão responsável pelo concurso público a retirada dos respectivos laudos no DPME, bem como a imediata comunicação ao candidato com deficiência em formato acessível;

12.5 - Quando a perícia médica concluir pela inaptidão o candidato terá prazo de 05 (cinco) dias, após a publicação do resultado, para solicitar a realização de junta médica pelo DPME para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado, utilizando-se de requerimento disponível no site www.planejamento.sp.gov.br. - Perícia Médica – DPME > - Pré- Avaliação – Pessoa com deficiência > Requerimento de Recurso Pré-Avaliação;

12.5.1- O pedido deve ser enviado via Correios com Aviso de Recebimentos para o setor de Atendimento do DPME, situado à Avenida Prefeito Passos, s/n – Várzea do Carmo – São Paulo

– SP – CEP 01517-020 ou protocolado pessoalmente no referido local no horário das 07h 00 às 16h00;

12.6 – A junta Médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias contados da realização do exame;

12.7 – Não caberá qualquer recurso da decisão proferida pela junta médica;

12.8- Após a realização da Avaliação pela Junta Médica e publicação da decisão, caberá ao órgão responsável pelo Concurso público a retirada dos respectivos laudos no DPME, bem como a imediata comunicação ao candidato com deficiência em formato acessível.

13 – Verificada a incompatibilidade entre a deficiência e as atribuições da função atividade postulado, o candidato será eliminado do certame.

14 – Será eliminado da lista especial o candidato cuja deficiência assinalada no formulário de inscrição não se fizer constatada na forma do parágrafo único do artigo 1º do Decreto nº 59.591, de 14/10/2013, devendo permanecer apenas na lista geral de classificação.

15 – A não observância pelo candidato de quaisquer das disposições deste capítulo implicará a perda do direito a ser admitido para as vagas reservadas aos candidatos com deficiência.

V – Da participação de estrangeiros

1 - Somente poderão ser admitidos nos empregos públicos os estrangeiros que preencham os requisitos para naturalização, e os estrangeiros de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade.

2 - Para inscrição no concurso público será exigido dos candidatos estrangeiros o documento oficial de identificação (Registro Nacional de Estrangeiro – RNE).

2.1 - Concedida a naturalização ou obtidos os benefícios do Estatuto de Igualdade, após a admissão, deverá o servidor apresentar, para registro, o documento de identidade de modelo igual ao dos brasileiros natos, com as anotações pertinentes.

3 - O estrangeiro que:

3.1 - se enquadra na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, “a”, da Constituição Federal), deve comprovar, no momento da admissão, o deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente;

3.2 - se enquadra na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, “b”, da Constituição Federal), deve comprovar, no momento da admissão, o preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça, com os documentos que o instruíram;

3.3 - tem nacionalidade portuguesa, deve comprovar, no momento da admissão, o preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis (Decreto nº 3.297, de 19 de setembro de 2001), mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça, com os documentos que o instruíram.

VI - Das provas

1 - O concurso público constará das seguintes provas:

- a) **OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA**, de caráter classificatório e eliminatório;
- b) **AVALIAÇÃO DE TÍTULOS** conforme **Capítulo VII - “Dos títulos e seu julgamento”**, de caráter classificatório.

2 - A **PROVA OBJETIVA** constará de 50 questões de múltipla escolha, valendo 2 pontos cada questão, sendo 30 (trinta) questões de conhecimentos, com ênfase em casos clínicos, condutas diagnósticas e terapêuticas; 5 (cinco) questões de Língua Portuguesa; 5 (cinco) questões de Noções de Informática; 10 (dez) questões de Políticas de Saúde/Legislação de conformidade com o CONTEÚDO PROGRAMÁTICO correspondente, constante no Anexo II deste edital.

2.1 - A prova será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos;

2.2 - Serão considerados habilitados para a ETAPA DE AVALIAÇÃO DE TÍTULOS os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos na prova OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA;

2.3 - O candidato que não comparecer à prova OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA na data e horário estabelecidos será eliminado do concurso público.

3 - O tempo de duração da prova consta no Anexo II deste edital.

4 - A prova será realizada na cidade de Botucatu, com data **prevista** para o dia **06/05/2018**, no período da manhã ou tarde, e os candidatos serão convocados por meio de edital a ser publicado no Diário Oficial do Estado (www.imprensaoficial.com.br) no Portal de Concursos Públicos do Estado (www.concursopublico.sp.gov.br) e no HCFMB (www.hcfmb.unesp.br).

5 - É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar pelo Diário Oficial do Estado www.imprensaoficial.com.br, no Portal de concursos públicos do Estado www.concursopublico.sp.gov.br e no site do HCFMB www.hcfmb.unesp.br, as publicações de todas as etapas referentes a este Concurso Público, não sendo aceita a alegação de desconhecimento como justificativa de ausência ou, comparecimento em data local ou horários incorretos.

6 - Os candidatos deverão chegar ao local da prova, divulgado no referido edital de convocação, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário estabelecido para o seu início, não sendo admitido o ingresso de candidatos, sob pretexto algum, após o fechamento dos portões.

7 - Será admitido no local da prova somente o candidato que estiver:

a) com caneta esferográfica de corpo transparente, de tinta azul ou preta, lápis preto nº 2 e borracha macia;

b) Munido do original de um dos seguintes documentos oficiais, vigentes e com foto, de forma a permitir com clareza a sua identificação: cédula de identidade (RG), Registro Nacional de Estrangeiro (RNE), carteira de trabalho e previdência social, carteira de órgão ou conselho de classe, carteira nacional de habilitação ou passaporte.

7.1 - O candidato que não apresentar um dos documentos elencados no item 7 deste capítulo não realizará a prova objetiva, sendo considerado ausente e eliminado deste concurso público;

7.2 - Não serão aceitos para efeito de identificação, por serem documentos destinados a outros fins: boletim de ocorrência, protocolo de requisição de documento, carteira de reservista, certidão de nascimento ou de casamento, título eleitoral, carteira nacional de habilitação emitida anteriormente à Lei nº 9.503, de 23/09/1997, carteira de estudante, crachá, identidade funcional de natureza pública ou privada, documentos vencidos há mais de 30 (trinta) dias ou qualquer outro que não os elencados no item 7.

8 - O candidato cujo documento de identificação gere dúvidas quanto à fisionomia, à assinatura ou à condição de conservação do documento, ou que esteja de posse de boletim de ocorrência (perda ou furto de documentos), será submetido à identificação especial, que pode compreender coleta de dados, de assinaturas, de impressão digital, fotografia do candidato e outros meios, a critério da Comissão Especial de Concurso Público.

8.1 - Na ocorrência do previsto no item 8 deste capítulo, o candidato fará a prova condicionalmente, devendo apresentar no Departamento de Gestão de Pessoas do HCFMB, sito na Avenida Dr. Montenegro, S/N, Distrito de Rubião Júnior – Botucatu/SP, no primeiro dia útil após a realização do certame, um dos outros documentos descritos no item 7 deste capítulo, sob pena de eliminação do certame.

9 - Não haverá segunda chamada ou repetição de prova, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato.

10 - No ato da realização da prova, serão entregues ao candidato o caderno de questões e uma única folha de respostas, que deve ser preenchida com seus dados pessoais, sua assinatura e a marcação das respostas, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

11 - Não será permitido: qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos; a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações; e o uso de máquinas calculadoras, *pagets*, telefones celulares ou qualquer aparelho eletrônico.

11.1 - O candidato não poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova levando qualquer um dos materiais elencados no item 11.

12 - O candidato deve assinalar apenas uma alternativa por questão na folha de respostas, único documento válido para a correção da prova. O preenchimento da folha de respostas é de inteira responsabilidade do candidato, que deve proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no caderno de questões.

13 - Os prejuízos advindos do preenchimento incorreto de qualquer campo da folha de respostas serão de inteira responsabilidade do candidato.

13.1 - Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas por motivo de erro de preenchimento por parte do candidato;

13.2 - Não serão computadas questões não assinaladas na folha de respostas ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura.

14 - Os 2 (dois) últimos candidatos deverão permanecer na sala até o término da prova.

15 - O candidato, ao terminar a prova, deverá entregar ao fiscal a folha de respostas e o caderno de questões.

16 - Será excluído do concurso o candidato que, além das demais hipóteses previstas neste edital:

- a) apresentar-se após o horário estabelecido para a realização da prova;
- b) apresentar-se para a prova em outro local que não seja o previsto no edital de convocação;
- c) não comparecer à prova, seja qual for o motivo alegado;
- d) não apresentar os documentos solicitados para a realização da prova, nos termos deste edital;
- e) ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- f) ausentar-se definitivamente do local de prova antes de decorrido o prazo mínimo de 30 (trinta) minutos de seu início;
- g) for surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livro, anotação, impresso não permitido, máquina calculadora ou similar;
- h) estiver fazendo uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (telefone celular, relógios, agenda eletrônica, notebook, *tablet*, receptor, gravador, *smartphone* ou equipamentos similares), bem como protetores auriculares;
- i) lançar mão de meios ilícitos para a execução da prova;

j) não devolver a folha de respostas e o caderno de questões;

k) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos.

17 - Os aparelhos eletrônicos deverão ser desligados por todos os candidatos antes do início da prova.

18 - Os pertences pessoais dos candidatos serão acomodados em local e forma a serem indicados pelos fiscais das salas de prova, durante todo o período de permanência no local de prova.

19 - Não haverá segunda chamada, repetição de prova ou vista de prova em hipótese alguma.

20 - No dia da realização da prova, na hipótese de o nome do candidato não constar nas listagens oficiais relativas aos locais de prova estabelecidos no Edital de Convocação, a Comissão Especial de Concurso Público procederá à inclusão do candidato, mediante a apresentação do protocolo de inscrição.

20.1 - A inclusão será realizada de forma condicional e será analisada pela Comissão Especial de Concurso Público, na fase de julgamento da prova objetiva, com o intuito de se verificar a sua pertinência;

20.2 - Constatada a impertinência da inclusão condicional, a inscrição será automaticamente cancelada, sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

21 - Se, após a prova, for constatado (por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico, de investigação policial ou qualquer outra forma) que o candidato utilizou processos ilícitos, sua prova será anulada e ele será automaticamente eliminado do concurso, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

22 - Não haverá, sob nenhuma hipótese, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão de afastamento do candidato da sala de prova.

VII – Dos títulos e seu julgamento

1 - Somente os candidatos habilitados na OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA terão seus títulos avaliados.

2 – A Avaliação de títulos terá caráter CLASSIFICATÓRIO, avaliada na escala de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos e consistirá na pontuação de títulos relacionados à formação e experiência profissional dos candidatos diretamente relacionados com as atribuições da função atividades de Médico I - Especialidade Ginecologia e Obstetrícia (Para atuar no Serviço de Obstetrícia) , conforme especificado no **ANEXO III (TABELA DE AVALIAÇÃO DE TÍTULOS)** constante deste Edital.

2.1 - Não serão aceitos protocolos dos documentos comprobatórios dos títulos elencados no **ANEXO III (TABELA DE AVALIAÇÃO DE TÍTULOS)**.

3- As informações sobre local, data, horário e demais especificações para encaminhamento dos títulos dos candidatos aprovados na forma prevista neste Edital serão divulgadas em Edital específico publicado no (www.imprensaoficial.com.br) e no **Portal de Concursos Públicos do Estado** (www.concursopublico.sp.gov.br), e no **HCFMB** (www.hcfmb.unesp.br), juntamente com o resultado da prova objetiva.

4 - Será responsabilidade exclusiva do candidato a entrega da documentação, (**fotocópia autenticada**) de uma única vez, não se admitindo complementação, inclusão e/ou substituição de documentos.

5 - Os certificados, certidões ou declarações de conclusão dos cursos elencados no **ANEXO III - TABELA DE- AVALIAÇÃO DE TÍTULOS**, acompanhados dos históricos escolares ou diplomas devidamente registrados, deverão ser expedidos por instituição oficial de ensino, em papel timbrado, e conter o carimbo e a identificação da instituição e do responsável pela expedição do documento.

6 - A avaliação dos títulos será feita pela Comissão Especial de Concurso Público, e o seu resultado será divulgado no Diário Oficial do Estado e no Portal de Concursos Públicos do Estado.

7 - Não serão aceitos títulos após a data fixada para a apresentação, bem como títulos de candidatos que tenham sido eliminados na prova objetiva.

8. O envio dos documentos relativos à “Avaliação de Títulos” não é obrigatória. O candidato que não enviar os documentos relativos à “Avaliação de Títulos”, não será eliminado do concurso Público e não terá atribuída qualquer pontuação relativa a essa fase.

9- Para fins de Avaliação de Títulos, **não será considerado** diploma ou certidão de Conclusão de Curso **que seja requisito para ingresso na Função Atividade Médico I Especialidade Ginecologia e Obstetrícia (Para atuar no Serviço de Obstetrícia)**

10- Todos os documentos referentes à Avaliação de Títulos deverão ser apresentados em **CÓPIAS** frente e verso, **AUTENTICADAS**, cuja autenticidade poderá ser objeto de Comprovação, mediante apresentação de original e outros procedimentos julgados necessários, caso o candidato venha a ser aprovado.

11- Os documentos comprobatórios de cursos realizados no exterior somente serão considerados quando traduzidos para a língua portuguesa por tradutor juramentado e devidamente revalidados por Universidades Oficiais credenciadas pelo Ministério da Educação– MEC.

12- Os cursos deverão estar autorizados pelos órgãos competentes.

13- Não será aceito qualquer tipo de estágio, bolsa de estudo ou monitoria para pontuação dos Títulos.

14- E de exclusiva responsabilidade do candidato o envio e a comprovação dos documentos de Títulos.

15- A pontuação relativa aos Títulos se limitará ao valor máximo de 20 (vinte) pontos, conforme estabelecido no **ANEXO III – TABELA DE AVALIAÇÃO DE TÍTULOS**, constante neste Edital.

16- Em nenhuma hipótese haverá devolução aos candidatos de documentos referentes aos Títulos.

17- Não serão aceitos documentos que não atenderem aos prazos e às exigências deste Edital e/ou suas complementações.

18 - Fica vedada a pontuação de qualquer título que não preencha todas as condições previstas neste capítulo.

19- Comprovada, em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos, a pontuação atribuída ao candidato será anulada e, caso comprovado dolo, o candidato será eliminado do concurso, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

VIII - Dos recursos

1 - Serão admitidos recursos referentes às etapas do concurso, quanto:

a) ao indeferimento do pedido de isenção ou redução do valor do pagamento da taxa de inscrição;

b) ao indeferimento da solicitação de condições específicas e ajudas técnicas;

c) à aplicação da prova;

d) às questões da prova e gabarito;

e) ao resultado da prova;

f) ao resultado da avaliação de Títulos.

2 – O prazo para interposição dos recursos será de 3 (três) dias úteis após a concretização do evento que lhe disser respeito, tendo como termo inicial o primeiro dia útil subsequente a data de ocorrência ou de publicação do resultado do respectivo evento.

3 - Admitir-se-á um único recurso por candidato para cada etapa do concurso, desde que devidamente fundamentado.

4 - Os formulários eletrônicos de recurso estarão disponíveis no site www.hcfmb.unesp.br durante o período previsto no item 2 deste capítulo, e serão os únicos meios válidos e aceitos para a interposição de recursos.

4.1 - Cada questão ou item deverá ser apresentado em formulário próprio, com argumentação lógica e consistente.

5 - Somente serão apreciados os recursos interpostos dentro do prazo, expressos em termos adequados e respeitosos, e que apontem circunstâncias que os justifiquem.

6 - Na hipótese de anulação de questões, os pontos relativos a elas serão atribuídos a todos os candidatos que prestaram a prova correspondente.

7 - O gabarito oficial, divulgado em Diário Oficial do Estado e no Portal de Concursos Públicos do Estado, e no site do HCFMB poderá sofrer alterações caso ocorra à situação descrita no item "6" deste capítulo, antes da homologação do certame.

8 - Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos, sendo a Comissão Especial de Concurso Público soberana em suas decisões.

9 - A decisão de deferimento ou indeferimento de recurso, contra o gabarito e/ou contra o resultado das diversas etapas previstas neste capítulo será divulgada no endereço eletrônico do HCFMB, Portal dos Concursos Públicos do Estado de São Paulo e Diário Oficial do Estado.

10 - Em função dos recursos impetrados e das decisões emanadas pela Comissão Especial de Concurso Público, poderá haver alterações nas publicações das etapas do concurso, antes de sua homologação.

IX – Do desempate

1 - Em caso de igualdade de classificação, terá preferência, sucessivamente, o candidato que:

a) tenha maior idade (igual ou superior a 60 anos), em cumprimento à Lei Federal nº 10.741, de 01/10/2003, tendo preferência sobre os demais e entre si;

b) obteve maior pontuação na **Prova Objetiva**;

c) obteve maior pontuação nos Títulos;

d) tenha maior idade entre (18 e 59) anos;

e) tenha, comprovadamente, sido jurado (após 9 de junho de 2008), nos termos do disposto no artigo 440 do Código de Processo Penal - Decreto-Lei nº 3.689, de 03/10/1941, introduzido pela Lei Federal nº 11.689/2008.

1.1 - Para se beneficiar do direito previsto na alínea “e” do item "1" deste capítulo, o candidato deverá informar no ato da inscrição o fato de ter exercido a função de jurado.

1.1.1 - O candidato deve estar ciente de que no ato de admissão na função atividade de Médico I - Especialidade Ginecologia e Obstetrícia (Para atuar no Serviço de Obstetrícia) deverá apresentar prova documental de que exerceu a função de jurado, caso o candidato tenha se beneficiado desse critério de desempate.

1.1.2 - Caso o candidato declare no ato da inscrição que já exerceu a função de jurado, se beneficie deste critério de desempate e não comprove documentalmente esta condição no ato da admissão, será eliminado do concurso.

2 - Permanecendo o empate, os candidatos empatados serão convocados, através de publicação em Diário Oficial do Estado e no Portal de Concursos Públicos do Estado, a comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas do HCFMB, para participar de sorteio que definirá a ordem de classificação.

2.1 - O não comparecimento dos candidatos convocados ao sorteio implicará a classificação dos mesmos a critério da Comissão Especial de Concurso Público, não cabendo recurso quanto à classificação estabelecida.

X - Da classificação final

1 - A nota final do candidato será igual à soma do total de pontos obtidos, na **prova objetiva e nos Títulos**.

2 - Os candidatos aprovados serão classificados por ordem decrescente da nota final, em lista de classificação.

3 - Haverá duas listas de classificação: uma geral, para todos os candidatos, inclusive aqueles com deficiência e outra especial, apenas para os candidatos com deficiência.

XI - Da Homologação

1 - A homologação do concurso dar-se-á por ato do Superintendente do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu, após a realização e a conclusão de todas as etapas do certame, que serão devidamente publicadas.

2 - O concurso terá validade de 2 (dois) anos, contados a partir da data da publicação de sua homologação em Diário Oficial do Estado, prorrogável uma vez por igual período, a critério do HCFMB, não cabendo nenhum ato posterior.

XII – Da Escolha de Vagas

1 - A convocação dos candidatos aprovados, das duas listas (geral e especial), para anuência às vagas far-se-á rigorosamente por ordem de classificação, mediante publicação no Diário Oficial do Estado e no Portal de Concursos Públicos do Estado, site do HCFMB e por correio eletrônico indicado pelo candidato no ato da inscrição deste certame.

2 - A ordem de convocação dos candidatos com deficiência, classificados no concurso público, dentro dos limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 683, de 18/09/1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 08/11/2002, se dará da seguinte forma: na 5ª (quinta) vaga, 30ª (trigésima) vaga, 50ª (quinquagésima) vaga e assim sucessivamente, a cada intervalo de 20 (vinte) admissões, durante o prazo de validade deste concurso público.

2.1 - Os candidatos com deficiência, aprovados, terão respeitada sua ordem de classificação na lista geral, se esta for mais benéfica do que a prevista pelo regramento disposto no item "2";

2.2 - No caso de existir convocação nos termos do subitem "2.1" deste capítulo, o próximo candidato da lista especial, caso haja, será convocado a ocupar somente a vaga do intervalo seguinte, dentre aquelas estabelecidas no item "2", em observância ao princípio da proporcionalidade.

3 - O candidato terá exaurido os direitos decorrentes da sua habilitação quando:

a) deixar de comparecer na data, horário e local estabelecidos na convocação, seja qual for o motivo alegado;

b) não aceitar as condições estabelecidas para o exercício da função atividade.

XIII – Da admissão

1 - As admissões ocorrerão de acordo com as necessidades do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação final dos candidatos habilitados no concurso público que deverão sujeitar-se às especificidades de trabalho e horário, e exercer sua função nos diferentes locais do Complexo HCFMB de acordo com as escalas e plantões, dentro dos horários estabelecidos, que poderão variar para os períodos diurnos, noturnos, intermediários, mistos ou na forma de revezamento, conforme a necessidade do Complexo HCFMB.

2 - Os candidatos aprovados, conforme disponibilidade de vagas serão admitidos por meio de ato do Superintendente do HCFMB publicado no Diário Oficial do Estado.

3 – Os candidatos aprovados serão convocados para admissão, inicialmente, por prazo determinado de experiência, nos termos do artigo 443, § 2º, alínea “c” e artigo 445, parágrafo único, ambos da Consolidação das Leis de Trabalho – CLT.

4 - O candidato, para ser admitido, deverá comprovar os requisitos exigidos para a participação no concurso público, entregando:

a) carteira de trabalho;

b) certidão de nascimento ou casamento (com as respectivas averbações, se for o caso);

c) certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, para os candidatos do sexo masculino, observado o disposto no artigo 210, do Decreto nº 57.654, de 20/01/1966;

d) título de Eleitor, com o comprovante de votação da última eleição ou certidão de quitação eleitoral;

e) cédula de identidade - RG;

f) Cadastro de Pessoa Física - CPF;

g) Atestado de Antecedentes Criminais expedido pela Secretaria de Segurança Pública ou órgão equivalente do (s) Estado (s) no (s) qual (is) tenha residido nos últimos 5 anos;

h) Atestado de Antecedentes Criminais expedido pela Polícia Federal;

i) documento de inscrição no PIS ou PASEP (se houver);

j) cópia da última declaração de Imposto de Renda apresentada à Secretaria da Receita Federal, acompanhada do respectivo recibo de entrega e das atualizações e/ou complementações ou, no caso de o nomeado não ser declarante, apresentação de declaração de bens e valores firmada por ele próprio, nos termos da Lei nº 8.730, de 11/10/1993, Lei nº 8.429, de 06/02/1992 e Instrução Normativa do TCU nº 05, de 10/03/1994 e do Decreto Estadual nº 41.865, de 16/06/1997, com as alterações do Decreto nº 54.264, de 23/04/2009;

k) declaração de acumulação de função atividade, emprego público ou função pública, quando for o caso, ou sua negativa;

l) declaração firmada pelo admitido de que percebe (ou não) proventos de inatividade, seja pela União, por Estado ou por Município;

m) 3 (três) fotos 3x4 recentes;

n) originais (ou cópias autenticadas) dos Títulos pontuados na prova de Títulos, para conferência;

o) comprovantes de que possui a formação e os pré-requisitos necessários para preencher a função atividade, conforme mencionado no Anexo II.

3.1 - Os documentos mencionados nas alíneas “a” à “f” e “i” do item "3" devem ser entregues em cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do respectivo original;

3.2 - Outros documentos poderão ser exigidos, além dos já relacionados.

4 - Não serão aceitos protocolos dos documentos exigidos, nem fotocópias ou xerocópias não autenticadas, exceto quando o candidato admitido apresentar os originais no ato da entrega dos documentos, para devida verificação do servidor público que recepcionar a documentação, conforme regulamenta o Decreto nº 52.658, de 23/01/2008.

5 - O candidato que não apresentar os documentos comprobatórios solicitados na admissão dentro do prazo previsto será eliminado do concurso público, mediante publicação em Diário Oficial do Estado, conforme determina o item “3” do Capítulo II deste edital.

6 - A falta de comprovação de quaisquer dos requisitos até a data da admissão ou a prática de falsidade ideológica em prova documental acarretará cancelamento da inscrição do candidato, sua eliminação do respectivo concurso público e a anulação de todos os atos daí decorrentes, ainda que já tenha sido publicado o edital de homologação do concurso, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

7 - O candidato aprovado no Concurso Público poderá desistir do respectivo certame definitivamente, mediante declaração, entregue pessoalmente, no Departamento de Gestão de Pessoas, endereçada a Comissão Especial de Concurso Público no endereço Distrito de Rubião Júnior s/n CEP 18.607-621 – Botucatu-SP, até o dia útil anterior à data da admissão.

8 - No caso de desistência formal da admissão prosseguir-se-á a admissão dos demais candidatos habilitados, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação.

XIV - Dos exames admissionais

1. A admissão do candidato na função atividade Médico I – Especialidade Ginecologia e Obstetrícia (Para atuar no Serviço de Obstetrícia) ficará condicionada à apresentação do Certificado de Sanidade e Capacidade Física, emitido pelo médico do SESMT (Serviço Especializado de Medicina e Engenharia de Segurança do Trabalho), vinculado ao Departamento de Gestão de Pessoas do HCFMB.

1.1. Para emissão do Certificado de Sanidade e Capacidade Física, citado no item anterior, o candidato admitido deverá, no dia e hora marcados para avaliação médica oficial, apresentar os exames médicos abaixo relacionados, cabendo ao candidato providenciá-los às próprias expensas:

1.1.1. Hemograma completo – validade 06 meses;

1.1.2. Sorologias HbsAg (Hepatite B) Anti HCV (Hepatite C), Anti HBS -Validade 6 meses;

1.1.3. Raios-X de coluna total com laudo - Validade 6 (seis) meses.

1.2. Além dos exames acima solicitados, o SESMT (Serviço Especializado de Medicina e Engenharia de Segurança do Trabalho), vinculado ao Departamento de Gestão de Pessoas do HCFMB, poderá requerer exames complementares que forem julgados necessários para a conclusão do laudo.

2. Os candidatos habilitados para vagas reservadas às pessoas com deficiência também deverão cumprir o disposto no item anterior, sem prejuízo das exigências estabelecidas nos itens referentes aos exames para atestar a compatibilidade da deficiência com as atribuições da Função Atividade Médico I Especialidade Ginecologia e Obstetrícia (Para atuar no Serviço de Obstetrícia), mencionadas no Anexo I, deste Edital.

3- Somente serão admitidos os candidatos considerados aptos na Avaliação Médica Admissional.

XV – Das Disposições Finais

1 - O ato de inscrição do candidato presume o inteiro conhecimento das regras contidas neste edital, nas instruções especiais e nos demais atos e normas regulamentares, importando na expressa aceitação das normas e condições do concurso público.

2 - O candidato tem por responsabilidade acompanhar, por meio do Diário Oficial do Estado, e nos sites do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu e do Portal de Concursos Públicos, as publicações dos editais referentes ao concurso público, não sendo aceita a alegação de desconhecimento das normas do certame.

2.1 - A comunicação por outras formas (e-mail, telegrama, ligação telefônica), quando ocorrer, será mera cortesia do Departamento de Gestão de Pessoas do HCFMB.

2.2 – O Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu não se responsabiliza por eventuais prejuízos aos candidatos decorrentes de:

- a) endereço eletrônico (e-mail) não informado na ficha de inscrição;
- b) endereço eletrônico informado que esteja incompleto, incorreto ou não atualizado pelo candidato;
- c) problemas no provedor de acesso do candidato, como caixa de correio eletrônico cheia, filtros anti-spam, eventuais truncamentos ou qualquer outro problema de ordem técnica;
- d) endereço residencial informado que esteja incompleto, incorreto ou não atualizado pelo candidato;
- e) endereço de difícil acesso;
- f) correspondência recebida por terceiros;
- g) devolução ou possíveis falhas nas entregas de correspondências, por parte da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

3 - Não será fornecida informação via telefone no que se refere a: resultados de notas de provas e classificação final.

4 - A inexatidão das declarações ou irregularidades de documentação, ainda que verificada posteriormente, eliminarão o candidato do concurso público, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição.

5 - Todas as convocações, avisos e resultados serão publicados no Diário Oficial do Estado, e também no Portal de Concursos Públicos do Estado e no site do HCFMB.

6 – O Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu não se responsabiliza por apostilas, cursos ou quaisquer outras publicações ou divulgações referentes a este certame.

7 - Os itens deste edital poderão sofrer alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumadas as providências ou eventos referentes a eles, circunstâncias que serão mencionadas em editais ou avisos a serem publicados no Diário Oficial do Estado e, quando for o caso, no Portal de Concursos Públicos do Estado e no site do HCFMB.

8 - As alterações, atualizações ou correções dos dados cadastrais apontados na ficha de inscrição, após a homologação do concurso, deverão ser comunicadas pessoalmente ao HCFMB.

8.1 - Não caberá ao candidato qualquer reclamação caso não seja possível convocá-lo por falta de atualização cadastral.

9 - O gabarito oficial será divulgado acompanhado do resultado da prova, em atendimento à Lei nº 10.870, de 10/09/2001.

10 - As publicações das etapas do certame em Diário Oficial do Estado terão caráter oficial para fim de comprovação de habilitação em concurso.

11 - O período de validade do concurso não gera para o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu a obrigatoriedade de aproveitar os candidatos habilitados, além das vagas oferecidas no presente edital.

11.1 - A aprovação em classificação superior ao número de vagas gera, para o candidato, apenas a expectativa de direito à admissão, durante a vigência do presente concurso público, dependendo dos interesses da Administração Pública.

12 - As ocorrências não previstas neste edital, os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos pela Comissão Especial de Concurso Público.

ANEXO I

FUNÇÃO ATIVIDADE MÉDICO I - ESPECIALIDADE GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA - ÁREA DE ATUAÇÃO SERVIÇO DE OBSTETRÍCIA

Lei complementar que regulamenta a função atividade: A carreira de Médico I foi Instituída pela Lei Complementar nº 1.193/2013, alterada pela LC 1.239/2014

Jornada de trabalho: 20 horas semanais.

Número de vagas:

01 Vaga para Médico I – Especialidade Ginecologia e Obstetrícia (para atuar no Serviço de Obstetrícia), sendo 01 (uma) para ampla concorrência e 0 (zero) para candidatos com deficiência e quantas outras vierem a surgir e forem autorizadas dentro do período de vigência do Concurso Público.

Valor da taxa de inscrição: O Valor da taxa de inscrição é de **R\$ 84,81** (Oitenta e quatro reais e oitenta e um centavos).

Vencimentos: Salário Base de R\$ 1.900,00 (Um mil e novecentos reais), Gratificação Executiva R\$ 750,00 (Setecentos e cinquenta reais), acrescido inicialmente de 50% (cinquenta por cento) de Prêmio de Produtividade Médica R\$ 1.675,00 (um mil seiscentos e setenta e cinco reais) podendo após a avaliação trimestral receber até 100% (cem por cento) desse valor, ou seja, R\$ 3.350,00 (três mil trezentos e cinquenta reais)

1- Após a admissão e, mediante Laudo Técnico emitido pelo Serviço Especializado de Engenharia e Medicina do Trabalho (SESMT), os contratados poderão perceber Adicional de Insalubridade que poderá variar entre 10 % (dez por cento), 20% (vinte por cento) ou 40% (quarenta por cento) do Salário Mínimo.

Não fará jus ao Adicional de Insalubridade o contratado cujo Laudo Técnico do SESMT não indicar exposição a riscos biológicos ou físicos.

ANEXO II

PRÉ-REQUISITOS, PERFIL PROFISSIONAL, ATRIBUIÇÕES, CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E DURAÇÃO DA PROVA

Função Atividade MÉDICO I-Especialidade Ginecologia e Obstetrícia - Área de Atuação:- Serviço de Obstetrícia

- a) Possuir diploma de graduação de Médico, expedido por escola oficial ou reconhecida;
- b) Possuir certificado de Conclusão de Residência médica completa em GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA credenciada pela Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM) ou Título de Especialista em GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA, emitido pela Associação Médica Brasileira (AMB);
- c) Registro atualizado no Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo - CREMESP;
- d) Possuir os pré-requisitos necessários, conforme Capítulo II deste edital.

PERFIL PROFISSIONAL À FUNÇÃO ATIVIDADE DE MÉDICO I ESPECIALIDADE GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA (PARA ATUAR NO SERVIÇO DE OBSTETRÍCIA), (CARACTERÍSTICAS E HABILIDADES)

- iniciativa, responsabilidade e sigilo profissional;
- dinamismo no desenvolvimento das tarefas;
- assertividade nas resoluções;
- flexibilidade em relação ao novo;
- trabalhar em equipe, disposição para atuar em grupo, de forma ética colaborativa, respeitando as diferenças individuais, compartilhando seu conhecimento, e assim contribuir para o alcance dos objetivos comuns;

- cordialidade nas relações interpessoais;
- comprometimento: engajamento com os objetivos do trabalho que realiza e ser capaz de traçar estratégias para atendê-las, bem como aperfeiçoá-las;
- conhecer competências que estão sendo exigidas para o desempenho da função atividade para o qual concorre;
- agir com eficiência nas orientações ao paciente com o máximo de zelo, respeito interesse e o melhor de sua capacidade profissional no que se refere à saúde e bem-estar do paciente;
- ter equilíbrio emocional, de modo a transmitir confiança e segurança durante o atendimento aos pacientes e seus familiares;
- capacidade e disposição para inovar e socializar o conhecimento e a experiência profissional;
- comunicar-se de maneira eficaz e eficiente;
- capacidade de trabalhar sob pressão;
- capacidade e disposição para alcançar os resultados desejados, com o menor gasto de tempo e recursos, considerando a ética, valores individuais, missão e visão da instituição.
- capacidade de analisar as condições da paciente, realizando diagnóstico diferencial e elegendo alternativas que possibilitem a tomada de decisão assertiva em cada caso.
- capacidade de se relacionar com o paciente e o acompanhante de forma técnica e segura, utilizando linguagem acessível de acordo com a capacidade de entendimento da pessoa atendida.
- capacidade para avaliação das enfermidades obstétricas no pré-natal, durante o parto e pós-parto.
- capacidade para realizar intervenções cirúrgicas relacionadas ao parto.
- capacidade para orientar as gestantes sobre as vantagens do Parto Normal.

**ATRIBUIÇÕES COMUNS À FUNÇÃO ATIVIDADE DE MÉDICO I –
ESPECIALIDADE GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA (PARA ATUAR NO SERVIÇO
DE OBSTETRÍCIA)**

Respeitar as normas da área de atuação/serviços/especialidades e atuar de acordo com os protocolos estabelecidos na Instituição; Cumprir as normas e regulamentos do Hospital e conhecer os processos, normas e rotinas dos serviços do HCFMB; Adaptar-se às finalidades específicas de trabalho, exercer suas funções nos diferentes locais do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu, de acordo com as escalas e dentro dos horários determinados que poderão variar para os períodos diurno, noturno, misto ou na forma de revezamento, necessários à Unidade; Exercer suas atividades nas diferentes áreas, hospitalar e

extra-hospitalar, incluindo atividades em ambulatório, enfermaria, centro cirúrgico, pronto socorro e onde mais prevaleça o interesse institucional do HCFMB; Conhecer as pactuações de produção do HCFMB e executar suas atividades de modo a contribuir para o alcance das metas e diretrizes definidas pela Direção do Hospital; Integrar e desenvolver atividades com a equipe multiprofissional/interdisciplinar; Participar de programas de treinamento, desenvolvimento, discussão de casos e atividades de ensino; Participar de comissões multiprofissionais; Participar das reuniões gerenciais e administrativas quando convocado ou convidado; Manter-se atualizado em sua área de atuação; Garantir a prestação qualitativa dos serviços de assistência e de preservação da saúde; Participar da elaboração, execução e avaliação de programas e da normatização de procedimentos; Desenvolver ações e atividades educativas junto aos pacientes, servidores e comunidades; Participar de programas de vigilância epidemiológica; Organizar e emitir relatórios de suas ações e atividades; Realizar outras tarefas correlatas solicitadas pela chefia; Zelar pelo patrimônio público nas suas áreas de atuação.

ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS MÉDICO I - ESPECIALIDADE GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA - ÁREA DE ATUAÇÃO:- SERVIÇO DE OBSTETRÍCIA:

Prestar atendimento clínico assistencial na área de obstetrícia a pacientes atendidos a nível ambulatorial e/ou em regime de internação hospitalar. Participar ativamente do planejamento, organização e gestão das atividades clínicas na área de Obstetrícia e colaboração com investigações oriundas das atividades exercidas. Elaborar protocolos de atendimento e de tratamento das doenças relacionadas à obstetrícia para benefícios das pacientes atendidas pelo Serviço. Cooperar com as atividades de ensino aos residentes do Complexo hospitalar do HCFMB e onde mais prevaleça o interesse institucional. Realizar anotações em prontuário médico eletrônico de todos os procedimentos e observações relativas ao paciente. Cumprir com as determinações legais e administrativas, referentes à prescrição médica, preenchimento de documentos, alta hospitalar, laudos, atestados e outros. Cumprir com as atividades descritas no rol de atribuições definidas pelo HCFMB na sua área de atuação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: LÍNGUA PORTUGUESA; POLÍTICAS DE SAÚDE/LEGISLAÇÃO E NOÇÕES DE INFORMÁTICA E CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DA FUNÇÃO DE MÉDICO I - ESPECIALIDADE GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA (PARA ATUAR NO SERVIÇO DE OBSTETRÍCIA)

LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação de texto: informações literais e inferências possíveis; ponto de vista do autor; significação contextual de palavras e expressões; relações entre ideias e recursos de coesão; figuras de estilo; conhecimentos linguísticos: ortografia, emprego das letras, divisão silábica, acentuação gráfica, encontros vocálicos e consonantais, dígrafos; classes de palavras: substantivos, adjetivos, artigos, numerais, pronomes, verbos, advérbios, preposições, conjunções; interjeições: conceituações, classificações, flexões, emprego, locuções; sintaxe: estrutura da oração, estrutura do período, concordância (verbal e nominal); regência (verbal e nominal); crase, colocação de pronomes; pontuação.

POLÍTICAS DE SAÚDE/LEGISLAÇÃO:

Evolução histórica da organização do sistema de saúde no Brasil e a construção do Sistema Único de Saúde (SUS) – princípios, diretrizes e arcabouço legal; Controle social no SUS. Resolução 453/2012 do Conselho Nacional da Saúde; Constituição Federal, artigos de 194 a 200; Lei orgânica da Saúde - Lei no 8.080/1990, Lei no 8.142/1990 e Decreto Presidencial no 7.508, de 28 de junho de 2011; Determinantes sociais da saúde; Sistemas de informação em saúde; Lei de acesso á informação: Lei Federal 12.527, de 18/11/2011 e Decreto 58.052 de 16/05/2012. Ética no Serviço Público

NOCÕES DE INFORMÁTICA

Conhecimentos sobre Windows (pastas diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, manipulação de arquivo e pastas); Conhecimentos sobre Microsoft Word e Microsoft Excel; Correio Eletrônico (uso de correio eletrônico, preparo e envio de mensagens, anexação de arquivos); Internet (navegação, conceitos de URL, links, sites, busca e impressão de páginas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS FUNÇÃO: MÉDICO I - ESPECIALIDADE GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA (ÁREA DE ATUAÇÃO SERVIÇO DE OBSTETRÍCIA)

Ovulação, fertilização, transporte ovular, nidação e deciduado; Desenvolvimento e fisiologia da placenta e anexos embrionários; Fisiologia do crescimento e desenvolvimento fetal e desvios do crescimento (RCIU e macrosomia fetal); Endocrinologia do ciclo gravídico-puerperal e modificações do organismo materno; Semiologia obstétrica; Assistência Pré-natal; Avaliação da vitalidade fetal; Fisiologia e assistência ao trabalho de parto (contração uterina, mecanismo de parto, fenômenos maternos do parto; partograma e assistência clínica ao parto); Assistência ao puerpério e lactação; Síndromes hipertensivas na gravidez; Diabetes na gravidez; Doenças clínicas intercorrentes no ciclo gravídico-puerperal (anemias, tireoidopatias, epilepsia, SAAF); Hemorragias na gestação (abortamento, gravidez ectópica, placenta prévia e descolamento prematuro de placenta); Infecção puerperal; Trabalho de parto prematuro; Rotura prematura de membranas; Doença hemolítica perinatal; Infecções perinatais (sífilis, HIV, hepatite B e toxoplasmose); Aspectos ético-legais da prática obstétrica.

A duração da prova será de 3 horas

ANEXO III
AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

TÍTULO	COMPROVANTE/ DESCRIÇÃO	NÚMERO MÁXIMO DE DOCUMENTOS	VALOR MÁXIMO DE PONTUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO	Certificado ou Declaração do curso de pós- graduação “latu sensus” em área correlata com carga horária mínima de 360 horas, concluído até a data de entrega dos Títulos. Obs.: Não serão pontuados os Títulos de Especialização exigidos como pré-requisitos para função.	2	4,0
MESTRADO	Diploma ou declaração do curso de Mestrado, na área de formação ou em área correlata, concluído até a data da entrega dos Títulos	1	6,0
DOCTORADO	Diploma ou declaração do curso de Doutorado na área de formação ou em área correlata, concluído até a data de entrega dos Títulos	1	10
PONTUAÇÃO MÁXIMA			20

ANEXO IV

Das condições específicas e ajudas técnicas disponíveis aos candidatos com deficiência

As seguintes condições específicas e ajudas técnicas poderão ser disponibilizadas aos candidatos com deficiência, na medida de sua necessidade, sem prejuízo de outras que se fizerem necessárias:

Ao candidato com deficiência visual:

- Prova impressa em Braile;
- Prova impressa em caracteres ampliados, indicando o tamanho da fonte;
- Fiscal Ledor, com leitura fluente devendo, nesta situação, a prova ser gravada em áudio;
- Utilização de computador com software de leitura de tela e ou ampliação de tela, devendo o candidato indicar um dentre os relacionados a seguir:
 - * Lente de aumento do Windows (ampliação);
 - * Narrador do Windows (leitor de tela).

Ao candidato com deficiência auditiva:

- Fiscal Intérprete de LIBRAS, nos termos da Lei nº 12.319, de 01/09/2010, nos casos de prova oral, devendo, neste caso a prova ser gravada em vídeo. No caso de impossibilidade da gravação, esta deverá ser justificada pela Comissão Especial de Concurso Público;
- Autorização para utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação da Comissão Especial de Concurso Público, com a finalidade de garantir a lisura do concurso.

Ao candidato com deficiência física:

- Mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da prova;
- Designação de fiscal para auxiliar no manuseio da prova e transcrição das respostas;
- Facilidade de acesso às salas de provas e às demais instalações relacionadas ao certame.